



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial
Coordenação-Geral de Identificação e Registro
Coordenação de Registro

NOTA TÉCNICA nº 21/2021/COREG/CGIR/DPI

ASSUNTO: Análise preliminar sobre o Pedido de Registro da Pesca Artesanal com o Auxílio do Boto em Laguna/SC

REFERÊNCIA: Proc. 01450.008956/2017-71

Brasília, 02 de junho de 2021.

Trata-se da análise, no âmbito do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), sobre a pertinência do pedido de Registro da Pesca Artesanal com o Auxílio do Boto em Laguna/SC como Patrimônio Cultural do Brasil. Tal análise pretende corroborar com a posição da Superintendência do Iphan em Santa Catarina, precedendo, portanto, a apreciação da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial sobre a pertinência do pedido de reconhecimento.

O processo foi aberto neste Departamento em 21 de agosto de 2017 por solicitação da Pastoral dos Pescadores da Diocese de Tubarão. Na documentação que acompanhou o pedido de Registro, foram encaminhados os seguintes documentos:

1. Pedido de Registro, datado de 29 de junho de 2017, encaminhado à presidência do Iphan no Memorando 223/17 - GAB/DPI ([0006104](#));
2. Abaixo assinado endossando o pedido de Registro, também incluso no Memorando 223/17 - GAB/DPI ([0006104](#)).

Após a solicitação, por parte desta Coordenação de Registro, da necessidade de documentação complementar para atendimento integral ao que regulamenta a Resolução Iphan nº 001/06 e o que determina o Decreto nº 3.551/00, o proponente encaminhou, em 02 de agosto de 2018, as seguintes informações solicitadas por meio da Carta Externa ([0661882](#)):

- I - Informações sobre a identificação do proponente, que consta na Carta Externa ([0661882](#));
- II - Relatório dos procedimentos para obtenção das anuências para o pedido de Registro, que consta na Carta Externa ([0661882](#));
- III - Anexos com vídeos, ações de difusão, fotos, referências documentais e bibliográficas e informações históricas básicas sobre o bem, que consta nos respectivos documentos do SEI: ([0661916](#)); ([0661930](#)); ([0661938](#)); ([0661982](#)); ([0662001](#)); ([0662053](#))

Cabe acrescentar que o bem cultural em tela tem sido foco de ações de salvaguarda com apoio do poder público local, de Universidades e do Iphan em Santa Catarina desde 2013. Uma dessas ações foi o projeto realizado com recursos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), que resultou no livro “Educar, Documentar E Valorizar Para Preservar: Pesca Artesanal Com Auxílio Dos Botos Em Laguna” ([0800245](#)) que consta no processo e contribui enquanto documentação para o cumprimento da Resolução nº 001 de 2006.

Considerando a existência de informações sobre o bem cultural que atendem aos requisitos da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006, prosseguimos para os pontos de análise preliminar sobre o processo de Registro.

I. Sobre a tramitação do Processo no Iphan

O pedido de Registro da Pesca Artesanal com Auxílio dos Botos em Laguna/SC entregue em 2017 foi um dos resultados do longo trabalho de mobilização e articulação com os pescadores do município que teve início em 2013 com a realização de um projeto no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), do Ministério da Cultura, por meio do Iphan. O pedido foi encaminhado à presidência do Iphan pelo Conselho Pastoral dos Pescadores da Diocese de Tubarão/SC (CPP) em 21/08/2017.

Tendo em vista o que determina a Resolução Iphan nº 001/06 e o que dispõe o Decreto nº 3.551/00, verificou-se a necessidade de ajustes para atendimento integral das normativas. Como complementação solicitou-se por meio do Ofício nº 4/2018 de 30 de abril de 2018 ([0427887](#)), informações sobre a identificação do proponente como endereço, e-mail e telefone; referências documentais e bibliográficas disponíveis sobre o bem cultural; documento contendo explicação acerca de como foi obtida a anuência; informações históricas básicas sobre o bem; documentação mínima disponível adequada à natureza do bem, tais como fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filme.

Em 02 de agosto de 2018, por meio da Carta Externa ([0661882](#)), o proponente encaminhou as informações solicitadas, as quais esclareceram sobre o processo de mobilização da comunidade de pescadores de Laguna e a construção do pedido de Registro. Esse documento também contribuiu para o fortalecimento da anuência e interesse em relação à patrimonialização.

Desde o ano de 2013 este bem cultural tem sido foco de ações de salvaguarda com apoio do poder público local, de universidades e do Iphan em Santa Catarina. Conforme consta no processo, em 2013 foi aprovada, por meio do Edital de Chamamento Público nº002/2013 – Apoio e fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial de grupos de imigração, a realização do projeto intitulado “Educar, documentar e valorizar para Preservar: Pesca Artesanal com Auxílio dos Botos em Laguna/SC”. Como resultado do projeto aprovado foram realizadas oficinas de fotografia e audiovisual para sensibilização e capacitação de jovens e adolescentes das comunidades pesqueiras da localidade; foi também produzido um material audiovisual com depoimentos dos pescadores artesanais e um livro, norteado por uma pesquisa antropológica. As fotografias e o material audiovisual estão no SEI como Anexo ([2705017](#)).

O material audiovisual resultante dessa ação está disponível no canal do *Youtube* do Iphan-SC em: <https://www.youtube.com/watch?v=8uqC34gMZO&ab_channel=iphansc> (acesso em: 27 mai 21)

Já a publicação está disponível na seguinte página do Iphan: <<http://portal.iphan.gov.br/sc/noticias/detalhes/3933/livro-e-dvd-pesca-artesanal-com-auxilio-dos-botos-em-laguna>> (acesso em: 27 mai 21)

Além disso, o site < <https://pescacombotos.art.br/> > do articulador e mobilizador em prol da pesca com botos em Laguna, Wellington Linhares Martins, reúne os materiais dessas oficinas, assim como outras informações sobre o bem com o intuito de divulgá-lo e promover ações diversas para a sua continuidade.

Nos anos de 2016 e 2017 ocorreram, com o apoio do escritório técnico do Iphan em Laguna/SC, inúmeras reuniões de mobilização da comunidade de pescadores artesanais, diversas instituições e estudiosos, tais como a Fundação Lagunense de Cultura, Polícia Militar Ambiental, ICMBIO e UDESC, com intuito de esclarecer a política institucional para o patrimônio imaterial. Destaca-se que essas articulações e parcerias da Superintendência do Iphan em Santa Catarina têm continuado a acontecer até o presente momento. Assim, como será desenvolvido adiante nesta Nota, embora as demandas de salvaguarda dessa prática cultural extrapolem as possibilidades de atuação do Iphan, o Instituto pode e tem atuado enquanto mediador com outros órgãos.

Nesse sentido, essas ações de 2016 e 2017 motivaram a formalização do pedido de Registro. Assim, entre os dias 16 e 17 de agosto de 2017, durante a realização do Seminário "Patrimônio Cultural

Imaterial - Desafios e Perspectivas” em Laguna, foram entregues Cartas de solicitação do Registro da Pesca Artesanal com auxílio dos Botos em Laguna como Patrimônio Cultural Imaterial, tanto na esfera Estadual (entregue ao Presidente da Fundação Catarinense de Cultura) quanto na esfera federal (entregue ao diretor do DPI à época) pela Pastoral dos Pescadores.

Além dessas informações, constam ainda no processo: vídeos com depoimentos de detentores, corroborando o pedido de Registro; depoimento do Professor Simon Ingram da Universidade de Plymouth / Reino Unido corroborando com o pedido; reportagens sobre o bem cultural; Termo e Parecer de Registro como Patrimônio Cultural de Santa Catarina; Banner e fotos de eventos produzidos pelo Iphan/SC acerca da temática, além do livro resultante do projeto aprovado no PNPI/2013.

Em 29 de outubro de 2018 foi elaborado o Parecer Técnico nº 415/2018/DIVTEC IPHAN-SC/IPHAN-SC ([0782102](#)) com a análise técnica preliminar, a partir de todo o material que compõe o processo. Neste documento a equipe técnica do Iphan/SC manifestou-se favoravelmente em relação à pertinência do pedido de Registro.

A partir da análise do material existente, em especial o livro *Educar, documentar e valorizar para preservar: pesca artesanal com auxílio de botos em Laguna*, foi dada continuidade às pesquisas sobre o bem através da contratação de consultoria da pesquisadora Letícia Vianna pelo Iphan, processo 01450.003730/2019-45, que compreendeu pesquisa bibliográfica e de campo, levantando importante complementação de informações e que traz uma proposta de caminhos possíveis para o processo de Registro.

De modo a prestar esclarecimentos sobre o processo de Registro e para inserir a pesquisadora da Unesco em contato com a comunidade, a Superintendência do Iphan - SC e o escritório Técnico de Laguna realizaram em parceria com o Conselho Pastoral dos Pescadores da Diocese de Tubarão/SC (CPP) três reuniões em três localidades de Laguna nos dias 11 e 12 de dezembro de 2019, nas quais a Coordenação de Registro – COREG do DPI também esteve presente. A memória dessas reuniões consta no presente processo ([1735222](#)) e contou com a presença de pescadores que pescam com botos e que não pescam com botos, também com instituições públicas e da sociedade civil. Como mais bem detalhado na memória inserida no processo, essas reuniões tiveram o importante papel de informar e esclarecer sobre o processo de Registro e as possibilidades de atuação do Iphan. Além disso, a presença e o diálogo com os pescadores também reforçaram a anuência da comunidade para a continuidade do processo.

Ainda em 2019, houve o pedido de Chancela de Paisagem Cultural para a *Pesca Cooperativa: interação entre pescadores, botos e tainhas, no estuário do Rio Tramandaí*, processo 01512.000899/2019-71, que é referente a pesca muito semelhante à que é feita em Laguna na Barra do Tramandaí, entre os municípios de Imbé e Tramandaí (RS), ao qual faremos referência adiante.

Antes de prosseguirmos com a caracterização do objeto proposto para Registro, cabe destacar que a presente Nota Técnica foi escrita em parceria entre a técnica do DPI Amanda Pedroza e o técnico da Superintendência de Santa Catarina, Lucas Cimbaluk. Também se contou com a contribuição do técnico da Superintendência do Rio Grande do Sul, Caetano Sordi.

II. Caracterização do objeto de Registro

O pedido de Registro refere-se a um tipo de pesca artesanal, realizada na cidade de Laguna em Santa Catarina. Conforme a documentação encaminhada e referências bibliográficas, essa prática de pesca artesanal, em linhas gerais, caracteriza-se e destaca-se pela relação estabelecida entre o ser humano e o cetáceo, chamado na região de Boto, o qual refere-se à espécie de golfinho *Tursiops truncatus*. Esse tipo de pesca realiza-se no período de maio a julho, quando é aberta a temporada de pesca do peixe *Mugilidae*, conhecido popularmente como Tainha. A dinâmica que se estabelece nesse tipo de pesca artesanal pode ser resumida da seguinte maneira, conforme consta no pedido da Pastoral de Pescadores:

A pesca artesanal, na qual o boto auxilia os pescadores, realiza-se em diversos pontos da Lagoa de Santo Antônio dos Anjos, que permeia grande parte da cidade de Laguna e do Complexo Lagunar, litoral Sul Catarinense. Os pescadores em alguns pontos posicionam-se em botes, em outros, nas margens do canal em pé com água pela cintura, esperando o sinal do boto. O boto direciona o cardume até encurralá-lo em frente aos pescadores, quando isso acontece o boto salta, movimento interpretado pelo pescador como momento certo de jogar a tarrafa.

De acordo com as informações reunidas no processo, a pesca artesanal de modo geral está presente em todo o território, abarcando o Complexo Lagunar e a faixa de mar. Existem na região diversas modalidades de pescaria, tanto de embarcações, quanto de imersão ou não do pescador. São também utilizados diversos instrumentos tradicionais, como a tarrafa, o anzol, o puçá, o aviãozinho e a rede feiticeira. São feitas por moradores locais, de diferentes origens étnicas, e com diferentes propósitos, seja o sustento ou o lazer.

Laguna é uma cidade histórica que, em 1985, foi o primeiro núcleo urbano a ser tombado seguindo a definição de cidade documento, cuja ideia foi sendo usada dentro do Iphan para refletir sobre a expressão da diversidade e das dinâmicas culturais ao longo do tempo nos estilos arquitetônicos e nos traçados urbanos. Nesse sentido, o centro histórico e o conjunto de imóveis tombados ao redor do porto fazem parte da paisagem e do contexto no qual a pesca em colaboração com os botos acontece.

Para compreender melhor as relações que ocorrem nesse espaço, uma referência importante para o presente processo é Fátima Araujo lino, pesquisadora que defendeu dissertação de mestrado na UFSC em 2017, intitulada “Pescadores artesanais na praia da tesoura, Laguna/SC: reflexões sobre sociabilidades e apropriações do espaço”, que trata especificamente sobre a pesca com auxílio de botos, e também que participou da produção, junto com Alicia Castells do livro *Educar, documentar e valorizar para preservar: pesca artesanal com auxílio dos botos em Laguna*. De acordo com Fátima lino, a localização da cidade, envolvida pelas águas, foi um fator fundamental para o papel que a região adquiriu ao longo do tempo e para que a atividade pesqueira se desenvolvesse. A narrativa histórica dessa autora é de que a região havia sido habitada já no período neolítico por povos sambaquieiros, os quais foram sucedidos por povos de origem Jê, predominantes durante os séculos II a VII. Em seguida habitaram a região povos de origem Tupis-Guaranis, até a chegada dos europeus.

A autora prossegue explicando que esse ponto do território colonial foi essencial à expansão do domínio da Coroa Portuguesa na região sul. O povoamento de grande parte do litoral que hoje se enquadra no estado de Santa Catarina, foi levado a cabo pelos paulistas, por meio das Bandeiras, principalmente a partir da segunda metade do século XVII. No caso de Laguna, coube ao bandeirante Domingos Brito Peixoto em 1676 instalar-se na região, a qual batizou de Santo Antônio dos Anjos. Já no século XVIII, teve início a imigração de açorianos para o litoral de Santa Catarina, aumentando assim a densidade populacional da região, com vistas a garantir o domínio da Coroa Portuguesa.

De acordo com Araujo lino:

Nesse sentido o contato dos açorianos recém-chegados com os primeiros povoadores, que teriam apreendido técnicas de pesca artesanal com os Carijós, beneficiou a sobrevivência dos imigrantes e deu bases culturais para a formação dos primeiros núcleos pesqueiros de Laguna. Progressivamente a pesca artesanal foi sendo assimilada pelos açorianos.

Embora a autora apresente essa história de longa duração, a continuidade histórica e as transformações pelas quais o bem cultural em tela vêm passando ao longo dos anos possui marcos recentes mais significativos para a compreensão de seus processos, marcos, tensões, transformações e continuidades. Segundo as pesquisas que serão apresentadas mais a frente de Letícia Vianna e Brisa Catão, fontes históricas indicam para o desenvolvimento dessa prática desde o início do Século XX e Catão aponta para a presença da prática ainda em meados do século XIX. Nesse sentido, seria interessante que a possível pesquisa para a instrução do processo acompanhe a história mais próxima das práticas atuais desse bem cultural.

Atualmente, não há na cidade a instalação de grandes indústrias, sendo a pesca – tanto a artesanal quanto a industrial/de larga escala – e o turismo as principais atividades econômicas. A construção dos Molhes da Barra de Laguna no início do século XX, com vistas a permitir a passagem de grandes embarcações, deu origem ao canal de entrada e saída para o Complexo Lagunar, onde se localiza a Tesoura, o mais conhecido ponto da pesca artesanal com o auxílio dos botos, e favoreceu a continuidade das atividades pesqueiras da cidade.



Imagem retirada do Google Maps com destaque para a Tesoura

Conforme a autora já citada, a Tesoura é ponto de grande movimentação na cidade, que durante o inverno torna-se centro de atenção de muitos com a temporada de pesca da tainha com auxílio dos botos. Neste local há uma intensa interação entre pescadores, e entre pescadores e demais frequentadores, lagunenses ou turistas. É claro o esforço do Poder Público local em atrair turistas para a região: nos materiais de divulgação da cidade ao lado das belas praias sempre figura o boto e a pesca artesanal. Outras ações de incentivo ao turismo na região com base nessa atividade podem ser destacadas como a inauguração em 2015 pela prefeitura de uma estátua em formato de Boto na Tesoura. Também em 21 de julho de 2016 foi publicada a Lei Federal nº 13.818/2016 que conferiu a Laguna o título de Capital Nacional dos Botos Pescadores.

Esse tipo de valorização ocorre também em Imbé, no Rio Grande do Sul, onde o estado reconheceu através da Lei 15.546 de 04 de novembro de 2020 a pesca colaborativa entre pescadores artesanais e botos na bacia do rio Tramandaí como relevante interesse cultural. Já o município de Imbé declarou como patrimônio natural o boto através do Decreto Municipal n.49 de 31 de janeiro de 1990. Assim como em Laguna, há também em Imbé uma estátua do boto. Para além da proteção dos botos e da pesca colaborativa, existe um evidente apelo turístico nestas declarações.

Em Laguna, é possível observar uma dinâmica através da qual os pescadores se organizam, mobilizam conhecimentos e realizam a pesca artesanal com auxílio do boto, conforme apontado por Araújo lino e também por Jonatan Cardoso, que defendeu seu TCC na UFSC em 2017, intitulado “Pesca artesanal; das experiências sensíveis às práticas econômicas: um olhar sobre a pesca com tarrafa em Laguna-SC”. De acordo com esses autores, há uma “arte da pesca” que deve ser dominada pelos pescadores para que a pesca artesanal possa ser realizada com sucesso. Esta atividade envolve então saberes os quais são constituídos ao longo dos anos na interação entre os pescadores e entre eles e o meio ambiente que os cerca. Segundo Cardoso, as “artes da pesca” se referem a: “Um saber-fazer constituído de inúmeras sensibilidades, que se constrói sobre as pessoas a partir do diálogo estabelecido entre homem e meio, assim como com os instrumentos de trabalho.”. Ainda, o autor destaca que para o pescador artesanal exercer a atividade pesqueira:

É preciso aprender a tarrapear, a soltar a rede, a se equilibrar na embarcação e não enjoar. Os olhos aprendem a perceber sinais que para olhos destreinados passam despercebidos, sentir o vento e a maré, concluir a partir daí o que se está “sendo dito”, com as condições postas no momento.

Muitos pescadores relatam ter aprendido as “artes da pesca” na infância acompanhando familiares, pais e outros parentes, em geral homens, na lida diária para o sustento de suas famílias. É um aprendizado que se inscreve na memória e no corpo dos pescadores. Dessa forma, segundo Cardoso, o domínio dessas “artes da pesca” constitui-se como importante fator na identidade do pescador artesanal, de forma geral, e daquele que pesca com auxílio do boto.

Dentre esses saberes, alguns são citados pelos autores, tendo como base as pesquisas de campo junto a pescadores artesanais de Laguna. Um saber-fazer que podemos citar é relativo aos instrumentos de trabalho, fundamentais para a prática da pesca. Alguns pescadores fazem suas próprias tarrafas, redes e embarcações. É necessário também saber utilizar com maestria esses instrumentos: saber como segurar e lançar redes e tarrafas, como retirar da água sem estragá-las e sem deixar os peixes escapar, além de saber fazer reparos. É necessário, ainda, na pesca em colaboração com o boto, saber ler e interpretar os sinais desses animais a fim de interpretar o momento certo de lançar a tarrafa para pegar a tainha.

Conhecer e manejar o espaço também são essenciais para a realização dessa pesca. A noção de territorialidade é um importante elemento no conhecimento dos pescadores. Assim, a pesca artesanal com o auxílio do boto possui uma dinâmica e uma organização espacial específica. Conforme Araújo lino:

Há uma organização sócio-espacial na Tesoura gerindo o revezamento dos pescadores na água, feita por eles próprios. É um sistema complexo, mas seu entendimento é bem relevante para compreensão da dinâmica na Tesoura. (...). As posições são chamadas de vagas. Segundo os pescadores, essas posições foram criadas e delimitadas a partir dos conhecimentos deles acerca das pedras no fundo das águas e do tamanho das tarrafas (...). Na porção esquerda da praia, onde se concentram os pescadores mais habituais e mais experientes, há sete vagas que são as mais disputadas. Em cada uma delas existe um enfileiramento de pescadores esperando cada um a sua vez. Quando o pescador está na vez, ele pode tarrapear quantas vezes ele desejar, porém, quando a tarrafa vem com peixe ela conta como tarrafada da vez, e depois de duas tarrafadas com peixe, o pescador deve passar a vez para o próximo pescador da vaga. Não importa a quantidade de peixes na tarrafa, importa que tenha ou não peixe, pode ser um ou quinze, a tarrafada conta do mesmo jeito para passar a vez. Além das sete vagas existe também um espaço chamado de recurso, entre a primeira vaga (esta fica mais próxima ao limite da Tesoura em direção ao mar) e as pedras que delimitam a Tesoura. Esse espaço é gerido pelo pescador que está na primeira vaga, podendo ele conceder a quem quiser. Nem sempre esse espaço é ocupado, todas as vezes que vi algum pescador ali eram sempre amigos de quem ocupava a primeira vaga.

A ocupação das vagas é feita por uma equipe de três ou mais pescadores, com vistas a uma maior produtividade, que se revezam entre ficar na água tarrapeando, ficar na areia vigiando as tarrafas ou comercializando os peixes. Assim, geralmente as equipes buscam equilibrar em sua composição as habilidades necessárias para uma boa pesca juntando um pescador mais habilidoso para tarrapear, um mais apto para negociações e outro mais experiente para observar os botos, as vagas, as tarrafas na areia e os outros pescadores. É possível perceber também que essa divisão se pauta na faixa etária: os mais jovens, na maioria das vezes, cumprem a função de tarrapear, enquanto os pescadores mais velhos, a de vender os peixes e vigiar as vagas. De acordo com a autora, esse fato pode estar ligado tanto à vitalidade do corpo mais jovem, quanto à experiência em negociação dos mais velhos.

Atualmente, segundo Araújo lino, a garantia de uma boa vaga se dá pela ordem de chegada: quem chega primeiro escolhe a vaga que deseja. Entretanto, antigamente, destaca a autora, as melhores vagas só poderiam ser ocupadas pelos homens casados que precisavam sustentar suas famílias. Ainda que essa interdição não vigore, há outras, caso algum pescador descumpra as regras vigentes.

Outros conhecimentos pertinentes à pesca artesanal se referem à negociação e venda das tainhas. Conforme Araújo lino, as habilidades e estratégias de vendas são bastante variadas, mas mantêm um padrão no sentido de quanto mais peixes venderem melhor. É bastante comum que os pescadores combinem três ou mais peixes para barganhar e vender. O valor do peixe é definido pelo pescador, geralmente, no momento da venda tendo como critérios a sua experiência e seu conhecimento sobre o peixe, o peso e o tamanho deste e o valor no mercado da região.

Acerca desse bem cultural é interessante também destacar a relação que se estabelece entre pescadores e botos. Para além dos saberes técnicos da pesca com auxílio do boto, vínculos de afetividade ou animosidade se estabelecem e diversas categorias relativas às relações sociais humanas são mobilizadas para dar sentidos às conexões estabelecidas na pesca artesanal com auxílio dos botos. Conforme Cardoso, “os pescadores de Laguna estendem os domínios da sociedade e da cultura aos botos, atribuições simbólicas e humanas bem expressas em termos como ‘trabalhar’”. Nesse sentido os cetáceos são classificados em “botos

bons” – aqueles que trabalham/ajudam na pesca – e “botos ruins” – aqueles que não trabalham/ajudam. Os pescadores reconhecem os botos com os quais interagem dando-lhes nomes e criam laços que os conectam, podendo gerar alegria – pela companhia ou sucesso num dia de pesca - ou sofrimento - como no caso de perda ou morte de um dos cetáceos.

Quanto à caracterização da comunidade detentora, a bibliografia aponta que se trata de um grupo bem heterogêneo tanto na faixa etária, quanto no perfil socioeconômico. Há aposentados, outros que dependem da pesca para o sustento, outros que buscam complementar a renda, e ainda há aqueles que pescam por lazer. Apesar desses dados iniciais, é importante que, caso a solicitação seja considerada pertinente, a pesquisa para a instrução do processo explore e debata as formas de identidade dessa prática, assim como as relações estabelecidas entre os pescadores humanos com as comunidades das outras espécies envolvidas nessa prática, como a comunidade de botos e tainhas.

III. Questões colocadas ao recorte e possibilidades para Registro

A partir dos trabalhos mencionados acima, pesquisas têm avançado no sentido de caracterizar a pesca com botos no âmbito da antropologia. Além da pesquisa da consultora Letícia Vianna, a pesquisadora Brisa Catão também produziu trabalhos sobre a prática em Laguna, tendo defendido sua tese sobre o tema em 2019.

Esses trabalhos apresentam uma abertura ao diálogo entre as ciências, que em nossa análise técnica consideramos muito importante para esse caso em especial devido à prática da pesca se dar na colaboração entre humanos e não humanos, ou outros-que-humanos. Destacamos assim que, em nossa análise, é importante reconhecer a agência dos botos pois se os eles não quiserem colaborar com a pesca humana, a parceria não ocorre, e não há manutenção do bem cultural. Assim, observa-se que mesmo na biologia, em trabalhos como do biólogo Simões Lopes, entre outros, a prática da pesca desses botos é considerada sob outro ponto de vista, como feita “com auxílio dos humanos”, e se dá a partir de uma cultura dos botos, desenvolvida e ensinada entre as gerações sobretudo pelas mães bôtas, que ensinam seus filhotes a pescar. São famílias de botos que ao longo de muitos anos têm desenvolvido relações com humanos e não costumam se misturar a outras populações de botos da região. Isso permite aos pescadores traçar genealogias matrilineares dos botos. A opção, porém, parte de cada boto ou bôta. Alguns, filhos de *bôtas boas* não pescam com humanos, tendo irmãos que *trabalham*. Atualmente cerca de 20 botos e bôtas colaboram com os pescadores humanos.

Sendo assim, a nossa abordagem é de que essa abertura para entender a cultura dos botos se mostra fundamental para se pensar um Registro de uma cultura imaterial interespecífica, ou multiespecífica, como tem preferido Catão em uma visão ainda mais abrangente, que tende à visão ecológica. Cultura que se dá tão somente se houver esse encontro mútuo, a aprendizagem e ensino que envolve tanto relações entre os botos, relações entre os humanos e por fim relações entre botos e humanos. Forma-se, como apontam tanto Catão como Vianna, em concordância, com base em conceitos desenvolvidos por Dominique Lestel, Florence Gaunet e Florence Towards, uma *comunidade híbrida*. Ressaltamos que essa foi a escolha teórica dos técnicos que assinam esta Nota. Nesse sentido, entendemos que esta é uma das formas para a compreensão do bem cultural, mas que as abordagens serão mais bem discutidas ao longo da possível instrução do processo, em especial no diálogo com as comunidades detentoras.

As formas de comunicação desenvolvidas, pelos saltos e movimentos dos botos, o toque da chumbada da rede pelos pescadores na água, suas sensações envolvendo visão, mas também sensação subaquática, compõem um modo de comunicação interespecífica único e que abrange todo o ambiente e o estar nele, com as percepções e experiências prévias que possibilitem um bom *lanço*, capturando o cardume, sem emalhar o boto. Essa comunicação depende de botos e humanos pescadores observarem os mais experientes, experimentarem eles próprios, testarem, para desenvolver os sentidos necessários e também desenvolver a relação humano-boto, pois assim como cada pescador tem seu jeito, também cada boto dá sinais e se comunica e age de determinada forma com humanos e entre seus pares botos, com um comportamento também intraespecífico, dos movimentos e ecolocalizações relacionadas à relação interespecífica. E querer pescar com botos sem construir apropriadamente uma relação com eles, conhecendo e sabendo como agir-comunicar, pode implicar em afugentar o boto, que com o tempo pode

perder o interesse na relação com humanos, ou mesmo gerar acidentes. A cada tarrafada, então, o conhecimento se atualiza, como um modo de saber, como uma relação interespecífica.

Percebemos que essa é uma organização social e cultural interespecífica muito peculiar, portanto. Devemos destacar ainda, que a pesca também não se dá sem as tainhas. E que todo o movimento de botos e pescadores também diz respeito a entender e enganar sua inteligência e rapidez de cardume. Habilidades estas que fazem com que outras espécies tenham que se aliar contra elas ou desenvolver técnicas especializadas. Como coloca Catão, o ciclo de vida das tainhas organiza a movimentação de botos e pescadores, técnicas, modalidades e temporadas. Botos e pescadores estarão onde as tainhas estiverem. E se os botos têm nomes dados por seus parceiros, as tainhas também possuem uma classificação pelos humanos pescadores: peixe de entrada, peixe de cima, facões. Sendo assim, além de botos e humanos pescadores, entendemos que o pescado também compõe essa relação interespecífica, mesmo que de um ponto de vista diferenciado, de presa. Consideramos que seu ponto de vista não deve ser negligenciado, pois é condição para a pesca. Destacamos que considerar esses três sujeitos culturais é muito importante para caracterizar essa relação. Sujeitos que possuem modos de relacionar-se no mundo, com percepções distintas que se entrecruzam sob as águas, para que se pesque ou se escape.

Além disso, atentamos para que a possível pesquisa para a instrução do processo explore como essa relação depende não apenas desses sujeitos, mas das condições do espaço e ambiente, pois a movimentação das tainhas é correlacionada aos fluxos e intensidades de ventos, correntes e marés, além da própria sazonalidade de verão e inverno, águas frias e quentes, dependendo do movimento da Terra, Sol e Lua, além do restante da cadeia alimentar. Essa pesca é realizada em pontos muito específicos que permitem que haja uma aproximação do boto, conduzindo o cardume, para ser cercado ou emboscado pela tarrafa do pescador. Pode ser feita *no pulo*, sobretudo nos molhes da barra, ou *na batida*, com embarcações próximo à foz ou no rio Tubarão, constituindo-se enquanto *lugares* de referência para estas modalidades de pesca.

Sendo assim, o conceito de Paisagem Cultural chega a ser mencionado na pesquisa de Vianna, ainda que não necessariamente signifique uma defesa em prol do instrumento de Chancela. Ressaltamos aqui a diferença entre o *conceito* de paisagem cultural e o *instrumento do Iphan* de Chancela da Paisagem cultural. A nossa posição é de que os pescadores e outros membros da comunidade de Laguna têm demonstrado interesse no reconhecimento enquanto Patrimônio Cultural por meio do Registro e, por isso, consideramos que esse seja o instrumento mais adequado. Da mesma forma, em relação ao processo do Rio Grande do Sul, a equipe técnica também defende o encaminhamento para o Registro, possivelmente considerado em conjunto com a prática em Laguna.

Entende-se, porém, que o conceito de paisagem cultural pode proporcionar discussões interessantes para a instrução deste processo e, caso esta solicitação seja considerada pertinente, é muito relevante que o processo de pesquisa e instrução para o Registro compreenda a dimensão ambiental e paisagística do bem cultural. Além de condicionante da própria prática cultural interespecífica, essas dimensões representam uma das principais, se não a maior, preocupação atual de pescadores e parceiros, o que também motiva o pedido de Registro e impacta as ações presentes e futuras de apoio e fomento. A contaminação das águas da Lagoa Santo Antônio dos Anjos, assim como a utilização de embarcações de alta velocidade, como jet-skis, bem como outras formas de pesca representam os maiores riscos identificados até o momento para a continuidade dessa cultura, pois causam adoecimento, acidentes e mortes de botos, além de tensões que fazem com que haja casos de assassinatos de botos.

Há tensões e perigos referentes a atividades de pesca amadora, que podem atrapalhar os botos ou feri-los. Outras formas de pesca profissional, sobretudo no rio Tubarão, por onde os botos também sobem, são conflitantes e podem representar riscos de emalhamento de botos, em especial a pesca do bagre. E proibições e restrições a atividades pesqueiras para proteção aos botos implicam em acirramento de tensões, já que pescadores dependem dessas outras formas de pesca também para sua sobrevivência, indicando que também é necessário considerar as relações desta pesca artesanal com outras.

Além de identificar os riscos e tensões para a continuidade desse bem cultural, é importante que, caso a pesquisa de instrução venha a ser realizada, sejam apontadas as possibilidades e limites de atuação do Iphan, assim como medidas que extrapolam as competências do Instituto e necessitam da atuação de outros entes governamentais. Destacamos que a Superintendência de Santa Catarina, ao longo desses anos de acompanhamento do bem cultural, têm mediado e articulado estratégias com outros órgãos. Caso esse pedido seja considerado pertinente, esse diagnóstico das políticas públicas que vem sendo e podem ser realizadas são de imensa importância para a salvaguarda desse bem cultural.

Em relação aos humanos envolvidos nessa prática, a pesquisa de Letícia Vianna levantou 33 pescadores (todos homens) que pescam com os botos, sendo que alguns de seus informantes estimavam em 100 o número total dos praticantes dessa modalidade de pesca. Destaca-se que há condições e origens socioeconômicas e culturais muito diferentes entre eles, além de diferentes faixas etárias. Também varia bastante a regularidade e intensidade em que pescam com botos. Enquanto alguns, aposentados, passam o dia e o ano procurando relação com os botos, outros, que vivem da pesca, combinam a ação com botos com outras formas de pescar, por exemplo.

Essas diferenças, inclusive, fazem com que haja conflitos e tensões entre pescadores, em torno do uso do limitado número de vagas de pesca, e sua forma de utilização. De modo que considerar uma “comunidade” de pescadores que pescam com botos parece descabido, e que sua consideração não se pode fazer desconsiderando os botos. É a relação com os botos em torno das tainhas e outros peixes que aproxima e afasta esses homens pescadores, que faz com que se organizem em pequenas e variáveis equipes, que articulem redes de comunicação. As próprias histórias de vida dos *antigos*, botos e humanos pescadores, se entrelaçam. Mesmo que os botos não sejam entendidos como pessoas em sentido pleno, com uma cosmogonia relacionada a eles, de maneira anímica como em certas comunidades indígenas e ribeirinhas no Brasil, sua individualidade, personalidade e forma de relação é diferenciada e pessoalizada com os pescadores humanos.

Segundo ainda a pesquisa de Vianna, o desenvolvimento dessa prática interespecífica de pesca se deu ao longo do tempo no local, havendo fontes históricas que indicam que já estava desenvolvida no início do Século XX, mas Catão fornece dados que apontam que seria ainda anterior, já presente em meados do século XIX. Um fator muito relevante que também foi levantado é que a técnica parece muito similar, se não idêntica à realizada na barra do Rio Tramandaí, conforme o mencionado pedido de Chancela entregue na Superintendência do Rio Grande do Sul. Segundo pesquisas biológicas, e também de acordo com pescadores, alguns poucos botos machos até mesmo circulam entre essas localidades, pescando com humanos nas duas. Entre elas, há outras duas localidades em que parece ter havido também a prática, no município de Torres (RS) e Araranguá (SC), mas, segundo Vianna, “sem a mesma tradição consolidada e ritualização de práticas cotidianas”. No entanto, não se foi a campo ou se apontou maiores dados indiretos sobre a prática nessas outras localidades, sendo algo a ser verificado. Observa-se ainda que no mundo são raríssimas as relações interespecíficas similares existentes, sendo que Catão localiza cinco ocorrências apenas que têm caráter de cooperação e mutualismo de humanos com golfinhos, todas com ameaças à sua continuidade ou em desuso, algo que também faz Vianna apontar a possibilidade de indicação do bem e sua ocorrência no sul do Brasil para o reconhecimento enquanto patrimônio da humanidade pela Unesco.

Com base nesta apresentação, podemos, portanto, ponderar sobre nossas questões quanto a possibilidades de Registro do bem. Assim, nossa abordagem busca considerar um viés não antropocêntrico, que inclua paisagens culturais e uma comunidade híbrida, que se dá pela relação entre detentores de espécies distintas, incluindo tainhas que são predadas. Reconhecemos que as questões apresentadas na presente Nota Técnica são considerações preliminares e precisarão ser debatidas e construídas ao longo da instrução do processo na relação com as comunidades detentoras.

Uma perspectiva não-antropocêntrica, no entanto, contrasta com a própria forma em que o bem cultural vem sendo considerado em outras instâncias de valorização patrimonial. Tanto o pedido de registro como o registro estadual feito pela Fundação Catarinense de Cultura tem por título “Pesca artesanal com auxílio de Botos” – título que, em nossa avaliação, mantém os botos em lugar subalterno na relação – considerada em recorte do lado humano da cultura. A pesquisa de Vianna a faz sugerir o título “pesca artesanal com boto” ou “com colaboração do boto”, que em nossa análise não altera fundamentalmente a perspectiva sobre o bem.

Consideramos muito importante que essa questão do título seja discutida com os detentores, pesquisadores e a equipe técnica do Iphan para a consolidação de um nome que possa considerar tanto as categorias nativas e formas locais de entendimento da prática, quanto um nome mais adequado as ontologias do administrativas do Estado. O técnico da Superintendência sugeriu enquanto alternativa a ser avaliada o título de “Pesca Colaborativa entre Botos e Humanos para matar Tainhas”, possibilidade que enfatizaria tanto a posição horizontalizada entre pescadores botos e humanos e ainda coloca as tainhas como elemento da relação, mas sem “pacificar” a relação de predação que a pesca envolve, sendo a expressão “matar peixe” forma popular de expressão da pesca artesanal na região.

Contudo, a Coordenação de Registro reconhece que, embora seja fundamental o reconhecimento das cosmovisões e expressões locais para caracterizar essa prática, a expressão “matar” pode causar confusões semânticas para os outros contextos nos quais o Registro enquanto Patrimônio Cultural repercute. Além disso, tendo em vista que se trata do momento de análise de pertinência, consideramos que há material suficiente para a aprovação sem que seja necessário adiantar esse encaminhamento. Ainda assim, enquanto possibilidades a serem analisadas e discutidas junto aos detentores apresentamos aqui a seguinte lista não exaustiva para iniciar essa discussão: Pesca Colaborativa entre Botos e Humanos para matar Tainhas; Pesca Colaborativa entre Botos e Humanos para capturar Tainhas; Práticas Colaborativas com Botos para a Pesca de Tainhas; Pesca Artesanal com Botos em águas costeiras, estuários e rios da região Sul.

De todo modo, consideramos interessante que as discussões sobre o nome incluam os pescadores humanos, botos e tainhas. Como mostra a última sugestão, também seria interessante incluir alguma consideração sobre o território e a paisagem nas quais essa relação de cooperação acontece sem talvez restringir a um único município, visto que é comum que outras localidades sejam identificadas ao longo dos processos de salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Destaca-se que o pedido de Chancela feito no Rio Grande do Sul traz como título a “pesca cooperativa”, especificando a “interação entre pescadores, botos e tainhas”. Nesse sentido, mesmo com os avanços representados pelas pesquisas existentes mencionadas, são necessários estudos com maior aproximação aos pescadores, em sua diversidade, para avaliar caminhos para a definição de um recorte que também diga respeito a expectativas e entendimentos da parcela humana de detentores. Também precisam ser avaliadas melhor as relações com a paisagem e comportamentos dos botos, em especial as práticas da pesca no rio e interior da Lagoa, incluindo o meio subaquático. Sobretudo, é preciso que a pesquisa considere a(s) outra(s) ocorrências(s), em especial na barra do Tramandaí, avaliando também as expectativas e possibilidades de Registro considerando ambas as localidades, com suas devidas especificidades.

Enfatizamos que nas mobilizações feitas em 2019 junto aos pescadores e outros interessados, a ocorrência em Tramandaí foi mencionada e houve concordância por pescadores de que a prática é também presente nessa localidade, não sendo evidenciado na ocasião posicionamentos que indicassem contrariedade a uma potencial consideração conjunta das ocorrências. Do mesmo modo, a superintendência do Iphan do Rio Grande do Sul tem dialogado com pescadores e proponentes no sentido da proposição de um Registro em lugar de Chancela.

IV. Quanto à pertinência do pedido de Registro

A pesca colaborativa entre botos e humanos que ocorre em Laguna é uma tradição singular que ocorre de forma intencional e colaborativa entre essas espécies, envolvendo ainda as tainhas e o ambiente no qual a pesca é realizada. Embora existam outras formas de pesca nas quais botos ou humanos trabalham em seus conjuntos para pescar, a característica fundamental da pesca em análise é a parceria interespecífica, que só ocorre se tanto o humano pescador quanto o boto pescador estiverem dispostos a realizar essa parceria e houver tainhas para capturar.

Cabe, então, ressaltar que se trata de uma prática produzida na interdependência de três espécies, pescadores humanos e botos e as tainhas. Nesse sentido, a continuidade e viabilidade do bem cultural em tela depende da existência dos saberes e transmissão de conhecimento entre botos; da mesma forma, também é primordial a presença das tainhas, com sua inteligência e forma específica de reprodução. Dessa forma, apresentamos como provocação o questionamento sobre como caracterizar as “comunidades detentoras”, uma vez que essa relação inclui as comunidades de botos pescadores e tainhas, assim como os humanos pescadores de grupos heterogêneos. Consideramos que esse reconhecimento desse bem cultural e as questões que suscitarão ao longo da instrução colocariam o Iphan e a política de Patrimônio Cultural Imaterial na vanguarda das atuais discussões antropológicas de cultura para pensar os desafios do reconhecimento dessas agências não-humanas enquanto parte do Patrimônio Imaterial.

O bem cultural em tela possui a especificidade dessa comunidade híbrida, que é constituída ao menos pelas espécies de humanos, botos e tainhas, e é fundamental que a pesquisa para instrução não considere apenas uma delas, visto que a prática em questão é constituída por todas. Além disso, essa comunidade se relaciona dentro de um ambiente específico, com características próprias de cadeia alimentar, geografia, contexto local e regional e das águas dos locais onde ocorre essa interação e colaboração. Nesse

sentido, é importante que o reconhecimento e possíveis ações posteriores ao Registro considerem os elementos desse ambiente, como por exemplo a condição química das águas da Lagoa e seus níveis de poluição; as possibilidades de livre circulação por essas águas; a saúde dos botos e tainhas, entre outros além das políticas públicas incidentes sobre tais aspectos.

Quanto à continuidade histórica, as pesquisas realizadas pela consultora Letícia Vianna e por Brisa Catão evidenciaram as continuidades e transformações da tradição da pesca artesanal em colaboração com o boto ao conjugar referências de outros autores com algumas entrevistas com pescadores, de modo que existem vários indícios de que essa prática já estava desenvolvida ao menos desde meados do século XIX.

Além disso, a pesquisa da consultora contextualiza a relação colaborativa dessa comunidade híbrida enquanto tradicional nos termos do que prevê Resolução nº1/2006 do Iphan, ao mostrar que essa prática está sendo constantemente reiterada, transformada e atualizada, mantendo, para essa comunidade, um vínculo do presente com o seu passado. A consultora descreve o aprendizado de pescadores e botos, indicando como passam a desenvolver a prática: os pescadores aprendem com a observação, na prática, por vezes a despeito dos pais, que muitas vezes não veem na pesca um bom futuro para os filhos; já os botos costumam aprender com suas mães, em seus primeiros anos de vida, e seguem aprendendo com as experiências nas relações com os humanos-pescadores. A atualidade do conhecimento é dada na prática da tarrafada e da interação, na qual se atualizam às circunstâncias específicas colocadas, de acordo com a experiência dos envolvidos.

Assim, sugerimos o prosseguimento do processo uma vez que foi evidenciado que a solicitação atende aos requisitos previstos no Decreto 3.551/2000 e regulamentados na Resolução nº1/2006 do Iphan. Contudo, compreendemos ser necessário, no desenvolvimento da pesquisa na etapa de instrução técnica, o aprofundamento das seguintes questões:

- Melhor caracterizar os detentores (pescadores humanos, botos e tainhas), bem como entender a diversidade de experiências, a partir de uma narrativa que enfoque os saberes interespecíficos envolvidos nesta modalidade de pesca artesanal, avaliando meios de salvaguarda viáveis em contexto em que não se caracterizam grupos com fortes laços comunitários ao se considerar exclusivamente a dimensão humana;
- Compreender as relações entre a pesca artesanal com boto e as outras formas de pesca artesanal da região onde os *botos bons* circulam;
- Analisar os contextos desta pesca enquanto profissão e meio de vida, assim como apontar as relações de comércio e consumo das tainhas;
- Apontar, de maneira mais acurada, a continuidade histórica do bem cultural no sentido de buscar compreender as permanências e transformações das técnicas e práticas de pesca no contexto local, bem como evidenciar as dinâmicas de transmissão desses saberes, entre botos, entre humanos e entre botos e humanos;
- Identificar as relações entre a pesca de Laguna e as ocorrências em outros lugares apontados nesta Nota Técnica, em especial na barra do Rio Tramandaí. Ressaltamos as possibilidades de mobilidade e migração entre o litoral do sul de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul, tanto dos botos quanto de humanos;
- Conhecer detalhadamente os pontos de pesca e especificidades das suas formas, seja não embarcada, mas sobretudo a embarcada, ainda pouco estudada;
- Evidenciar as interações, tensões e desafios dessa prática com o turismo, de modo a apresentar alternativas sustentáveis para essa relação;
- Evidenciar as relações e influências das formas de produção, consumo e relações com ambiente nas práticas e nos saberes da pesca artesanal com auxílio do boto, ao longo do tempo.

Cabe, enfim, pensar de que maneira equacionar relações dos atores de espécies distintas envolvidos, como colocá-los em posição adequada, restritos que estamos a uma relação a partir dos atores que se comunicam em palavras, em narrativas que podem ser escritas, como meio necessário para acessar detentores de outras espécies desta mesma cultura, mas que estão em um outro mundo, submerso, com linguagens sobre as quais temos ainda poucos conhecimentos. Refletindo de que maneira isso pode ou não produzir efetivamente um Registro e conseqüentemente uma salvaguarda que tenha um viés não restrito à cultura em caráter antropocêntrico, tendo em vista as atuais definições patrimoniais e de competência institucional.

Portanto, avalia-se que seja adequado o seguimento das pesquisas em caráter multidisciplinar ou transdisciplinar.

V. Conclusão

Diante do exposto, manifestamo-nos favoráveis, do ponto de vista técnico, ao prosseguimento da instrução do processo de Registro da Pesca Artesanal com o Auxílio do Boto em Laguna/SC como Patrimônio Cultural do Brasil. O material apresentado sobre a Pesca Artesanal com o Auxílio do Boto se adequa aos critérios do Decreto 3.551/2000, regulamentado pela Resolução 01/2006 e presente igualmente na Constituição Federal. Assim, submetemos essa posição e as recomendações sobre a instrução técnica para que seja apreciada pelas instâncias superiores.

É o que remetemos à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Sucupira Pedroza, Técnico I**, em 02/06/2021, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda, Coordenadora de Registro**, em 02/06/2021, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2718925** e o código CRC **2B0F481E**.

Referência: Processo nº 01450.008956/2017-71

SEI nº 2718925

Criado por [ana.monteiro](#), versão 11 por [amanda.pedroza](#) em 02/06/2021 19:38:09.